

MESORREGIÕES DIFERENCIADAS NO ÂMBITO DA PNDR I

Virginia Elisabeta Etges
Marcos Luciano Lemos Pinto

GRUPO DE TRABALHO: GT1: Desenvolvimento regional, planejamento, governança, controle social e gestão do território

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a dimensão territorial dos processos de desenvolvimento, buscando, para além da mera aplicação de modelos abstratos generalizantes, compreender o significado dos arranjos territoriais particulares que configuram a diversidade presente no território, expressos nas regiões. Como objetivo buscar-se-á analisar a dinâmica multidimensional e multiescalar, ativada nos processos de criação dos Fóruns e na implementação dos Programas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões – PROMESOs, no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR I. Para tanto pretende-se analisar as estratégias transversais no contexto setorial, expressas na abordagem multidimensional, bem como a articulação multiescalar, que viabilizou a mobilização das diversas escalas na implementação dos programas das Mesorregiões nos respectivos territórios.

Palavras-chave: Mesorregiões Diferenciadas, Multidimensionalidade, Multiescalaridade, Desenvolvimento Regional.

INTRODUÇÃO

O Ministério da Integração Nacional, criado em 1999, teve como uma de suas prioridades a formulação e a condução de políticas de integração e desenvolvimento regional sustentável, de planos e programas regionais de desenvolvimento e o estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais. Para tanto, o Ministério assumiu o desafio de promover ações de fortalecimento do pacto federativo por meio do ajuste das ações de desenvolvimento regional, tendo em vista que o agravamento da exclusão social, resultante da competitividade entre empresas e regiões e do contraste entre o avanço técnico e os baixos níveis de instrução, vinham favorecendo o desemprego, a informalidade e a concentração de renda. Da mesma forma, os fluxos globais de capital, informação, tecnologia e consumo acentuavam a criação de ilhas de dinamismo no território nacional, redefinindo as relações de dependência entre as regiões.

Neste contexto de ações de integração e de desenvolvimento regional, novas regionalizações com escalas espaciais diferenciadas das tradicionais macrorregiões ganharam importância. As Mesorregiões diferenciadas surgem, então, como espaços

Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional subnacionais de confluência entre dois ou mais estados, ou de fronteira com países vizinhos, com identidade histórica, cultural, social e política e caracterizadas por problemas sociais, institucionais e de dinamismo econômico comuns.

As Mesorregiões, mais do que um espaço regional de ações integradas de desenvolvimento, tinham respaldo nas relações marcadas por características comuns, mercados interdependentes e outras dinâmicas que imprimiam nas mesmas uma identidade subnacional. Neste quadro, o Ministério da Integração Nacional concebeu inicialmente 13 Programas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões para a promoção da integração e do desenvolvimento regional, com base em ações de gestão compartilhada do espaço territorial, através do implemento de ações de cooperação intermunicipal e interestadual e da integração das políticas públicas. Estas Mesorregiões eram as seguintes:

Figura 01 – Área de abrangência dos 13 Programas de Desenvolvimento de Mesorregiões Diferenciadas



Fonte: Ministério da Integração, 2009, apud Cargnin, 2014.

Neste artigo busca-se destacar a dinâmica multidimensional e multiescalar, ativada nos processos de criação dos Fóruns e na implementação dos Programas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões – PROMESOs, no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR I. As estratégias transversais no contexto setorial, expressas na abordagem multidimensional, bem como a articulação multiescalar, foram fundamentais na viabilização da mobilização das diversas escalas na implementação dos programas das Mesorregiões nos respectivos territórios.

Para analisar o significado das perspectivas multidimensional e multiescalar na configuração e atuação dos Fóruns das Mesorregiões Diferenciadas, parte-se de uma

abordagem interpretativa e descritiva, respaldada em fontes documentais e bibliográficas sobre o tema.

O PROMESO NO ÂMBITO DA PNDR I

O processo de globalização, em que o local, o regional e o global se recompuseram, traz à tona o questionamento da pertinência da escala de análise regional e, também, o esclarecimento de sua relevância como instância particular de análise, que se situa entre o local e o global. Uma determinada região é parte de uma totalidade social, o que faz com que o estudo da sua gênese, movimento e contradições adquira grande relevância. Isso significa que não se pode tratar do processo de regionalização do território de forma isolada das outras manifestações sociais. A sua compreensão num dado período histórico pressupõe a compreensão do desenvolvimento do conjunto dessa época.

Portanto, discutir o conceito de região, sua origem e os novos significados adquiridos ao longo do tempo, torna-se indispensável para o avanço das discussões no campo do desenvolvimento regional. (Etges, 2005)

Entende-se que o território se apresenta como uma totalidade contraditória, marcada por conflitos e tensões, em que arranjos socioespaciais particulares dão forma a regiões.

A qualificação do debate em torno do Desenvolvimento Regional reveste-se atualmente, mais do que nunca dantes, de um profundo caráter estratégico, tendo em vista a urgente necessidade de reconhecer, investigar e analisar a marcante diversidade presente no território de dimensões continentais, que é Brasil.

Considerando o atual contexto sociopolítico e econômico vigente no Brasil, colocar a regionalização do território em debate significa atribuir destaque ao processo de sua formação, marcado por trajetórias diversas, caracterizado pela “unidade na diversidade”, em que o Estado tem a incumbência de gerir as contradições que nele adquirem formas.

Nesse contexto destaca-se os Programas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões – PROMESO, no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR I, como uma das experiências mais significativas já realizadas no campo das políticas de Desenvolvimento Regional no Brasil.

Coube ao Ministério da Integração Nacional, criado em 1999, a formulação e a condução de políticas de integração e desenvolvimento regional sustentável, de planos e

programas regionais de desenvolvimento e o estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais.

Por meio desses propósitos o Ministério da Integração Nacional reconhecia que o aprofundamento da diferenciação territorial e o agravamento da exclusão social, resultante da competitividade entre empresas e regiões, e do contraste entre o avanço técnico e os baixos níveis de instrução vinham favorecendo o desemprego, a informalidade e a concentração de renda. Da mesma forma, os fluxos globais de capital, informação, tecnologia e consumo acentuavam a criação de ilhas de dinamismo no território nacional, redefinindo as relações de dependência entre as regiões. (Etges, 2005)

Neste contexto de ações de integração e de desenvolvimento regional, novas regionalizações com escalas espaciais diferenciadas das tradicionais macrorregiões, ganham importância. As mesorregiões diferenciadas surgem, então, como espaços subnacionais de confluência entre dois ou mais estados, ou de fronteira com países vizinhos, com identidade histórica, cultural, social e política e caracterizadas por problemas sociais, institucionais e de dinamismo econômico comuns.

A cada espaço diferenciado e selecionado do território brasileiro, propõe-se a implementação de ações que conformam um novo modelo de gestão do território. O critério para a definição das regiões prioritárias para a PNDR foi definido pelo cruzamento de duas variáveis: rendimento domiciliar médio e crescimento do PIB per capita. A primeira, uma variável estática, retrata a riqueza relativa da população. A segunda, uma variável dinâmica, retrata o potencial relativo de crescimento observado na década de 1990. O cruzamento das duas variáveis resultou na identificação de quatro categorias: Microrregiões de Alta Renda, Dinâmicas, Estagnadas e de Baixa Renda (PNDR, 2003), sendo as últimas três as contempladas como prioritárias no âmbito da PNDR.

Os Fóruns das Mesorregiões Diferenciadas, formados por representantes do Governo Federal, Estadual, Municipal e pela sociedade civil, representada por associações e instituições que atuam na região (Universidades, Conselhos Regionais, Consórcios Intermunicipais, entre outros), tinham a incumbência de promover os debates de forma participativa, visando a definição dos projetos prioritários de cada Mesorregião a serem implementados pela política governamental.

Assim, no âmbito do PPA 2000-2003, conforme Schneider e Lübeck (2003), foram priorizados espaços não contemplados pela política dos Eixos de Desenvolvimento, na medida em que se considerava que as mesorregiões se distribuíam no território brasileiro em

espaços complementares àqueles dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Neste contexto, o objetivo geral dos Programas das Mesorregiões foi a elevação da qualidade de vida da população residente nas mesorregiões selecionadas, por meio de apoio à implementação de fóruns e de projetos de desenvolvimento local integrado e sustentável, mediante a gestão eficaz e eficiente de suas ações, a capacitação de técnicos e especialistas e o estímulo à estruturação de cadeias e investimentos produtivos. Como objetivos específicos, o documento destacava:

- 1 – promover atividades econômicas sustentáveis, respeitando as características ambientais de cada mesorregião selecionada;
- 2 – desenvolver os setores produtivos que atendam às necessidades de melhoria das condições de vida da população e fortaleçam a economia das mesorregiões diferenciadas;
- 3 – promoção das iniciativas vinculadas à agregação de valor da produção local;
- 4 – apoiar a implementação de políticas sociais que visem a melhoria da qualidade de vida da população;
- 5 – criar mecanismos eficientes de articulação entre as diversas esferas do poder público e da comunidade para potencializar os resultados das ações implementadas.

Esses objetivos, por sua vez, traduziam-se em cinco ações que davam forma ao modelo de gestão que traduz, em última análise, a proposta contida no Promeso:

- capacitação de recursos humanos para a gestão do desenvolvimento local e integrado nas mesorregiões;
- implementação do planejamento para o desenvolvimento sustentável nas mesorregiões;
- mobilização das comunidades mediante o associativismo e o cooperativismo nas mesorregiões;
- constituição do fórum de desenvolvimento sustentável e integrado nas mesorregiões.

Nesse contexto, o Ministério da Integração Nacional concebeu inicialmente 13 Programas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões para a promoção da integração e do desenvolvimento regional, com base em ações de gestão compartilhada do espaço territorial através do implemento de ações de cooperação intermunicipal e interestadual e da integração das políticas públicas.

Apesar da política, conhecida como Política Nacional de Desenvolvimento Regional –

PNDR I, ter sido formulada e implementada desde a criação do Ministério da Integração Nacional em 1999, a sua institucionalização só ocorreu em 22 de fevereiro de 2007, por meio de Decreto nº 6047.

Entretanto, foi no âmbito do Plano Plurianual - PPA 2004/2007, que o Governo Federal atribuiu especial destaque aos Programas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas, sob a condução da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional.

Segundo o Plano, o PROMESO buscava a redução das inaceitáveis desigualdades sociais e regionais a partir, principalmente, da potencialização dos ativos endógenos tangíveis e intangíveis de mesorregiões diferenciadas, com destaque para os seguintes objetivos:

- induzir a atuação integrada do Governo Federal em novas escalas espaciais, preferencialmente em sub-regiões;
- promover a identificação de demandas e soluções à chamada problemática regional, com a participação efetiva da sociedade civil que, para tanto, deve estar organizada e legitimamente representada;
- buscar a superação dos desequilíbrios, com base no fomento a todas as regiões que apresentem potencialidades e ativos de capital humano e social, parcerias, capacidade de construírem planos e pactos, redes de cooperação entre agentes econômicos, cooperação entre instituições públicas e privadas.

A MULTIDIMENSIONALIDADE E A MULTIESCALARIDADE NAS MESORREGIÕES DIFERENCIADAS

O PROMESO, desde sua origem, teve como foco ações para redução das desigualdades regionais nas chamadas Regiões Diferenciadas. Ainda que também apresentasse ênfase no desenvolvimento endógeno, com destaque ao apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), o Programa estava inserido em uma estratégia mais ampla para a redução das desigualdades sociais e regionais. De acordo com o Decreto que instituiu a PNDR, são consideradas Mesorregiões Diferenciadas os espaços subnacionais contínuos com identidade comum, que compreendam áreas de um ou mais Estados da Federação. (Gagnin; Rückert, 2013)

Sendo um Programa com foco na gestão do desenvolvimento, amparado no estímulo ao potencial e características econômicas, sociais e culturais próprias de cada região, a operacionalização do PROMESO incentivava a capacitação continuada de pessoas e a criação de bases do associativismo e cooperativismo, visando criar um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável das mesorregiões.

Neste contexto destacava-se também o esforço para a implantação de uma infraestrutura mínima necessária ao crescimento econômico das regiões, como obras que não faziam parte de iniciativas de grande porte dos governos e, ainda, facilidades de acesso a financiamentos de baixo custo como, por exemplo, os fundos constitucionais e as agências de desenvolvimento.

O PROMESO proporcionava a inserção de ações programáticas decorrentes do exercício da transversalidade, que passou a ser colocada em prática na administração pública federal, fazendo convergir esforços tipicamente setoriais para espaços territoriais, definidos no âmbito das competências de integração nacional.

Além disso, o Programa foi concebido de forma que fosse possível o acompanhamento da evolução dos indicadores socioeconômicos das regiões, permitindo que as ações governamentais passassem a ser permanentemente adaptadas às necessidades decorrentes do processo de desenvolvimento.

O levantamento sistemático das demandas coletivas das mesorregiões, tanto de caráter socioeconômico como de infraestrutura, e seu encaminhamento às diversas instâncias de governo, era realizada a partir da implementação de estratégias de planejamento participativo, que envolveram as instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil organizada, com marcante atuação de Universidades, visando a capacitação de recursos humanos para a gestão do desenvolvimento. (Etges, 2005)

De acordo com a Secretaria de Programas Regionais, os instrumentos para a definição de estratégias de ação em 2003, eram os seguintes:

- **Fórum da Mesorregião**
 - Participação na definição das políticas de alocação dos recursos;
 - Elaboração e apresentação do Projeto;
 - Figurar como instituição proponente e indicar as instituições convenientes executoras do projeto;
 - Orientar a elaboração do Plano de Marketing;
 - Participar junto com o M.I. na avaliação do Projeto.

- **Instituições Executoras**
 - Firmar os convênios ou contrato na condição de Instituições Executoras;
 - Gerenciar a execução do projeto;
 - Receber e aplicar os recursos de acordo com o estabelecido no convênio e na legislação vigente;
 - Apresentar o relatório de atividades ao Fórum e ao MI;
 - Responsabilizar-se pela prestação de contas junto ao TCU.
- **Conselhos Regionais de Desenvolvimento** - Articular as parcerias em âmbito regional.
 - Participar da execução do projeto em âmbito regional;
- **Universidades, Polos de Modernização Tecnológica e EMATER**
 - Apoio institucional e técnico científico de acordo com o que vier a ser proclamado com as instituições executoras.
- **Governo do Estado, Prefeituras e Associações de Municípios**
 - Apoios institucionais, logísticos, operacionais e contrapartidas acordadas com as instituições executoras. (Secretaria de Programas Regionais, 2003)

Tanto a multidimensionalidade quanto a multiescalaridade são explicitadas nessas estratégias de ação, evidenciando um avanço significativo na compreensão da abordagem territorial do desenvolvimento. Ou seja, trata-se de compreender como as várias dimensões (setores) que compõem a realidade interagem, ao mesmo tempo, na configuração do território. Da mesma forma, observa-se as várias escalas (nacional, regional, local) atuando e assumindo responsabilidades na consecução dos objetivos do Programa.

Desde a concepção do PROMESO o Ministério da Integração já havia previsto um modelo de gestão participativa a ser constituída pelo programa, com o envolvimento dos atores públicos das diferentes instâncias de governo e atores da iniciativa privada, diretamente interessados no desenvolvimento regional. Assim, no ano 2000, quando da implantação do PROMESO, o MI passou a sensibilizar e mobilizar as mesorregiões para a organização de um arranjo institucional representativo para atuar na gestão do Programa na sua área de abrangência. Como resultado desta ação de mobilização dos atores regionais, em 2001, foram institucionalizados 13 Fóruns Mesorregionais, arranjos institucionais constituídos na forma de espaço de concertação, construídos por iniciativa própria dos atores regionais, formados pela

representação dos atores públicos, privados e sociedade civil, diretamente interessada no desenvolvimento destas sub-regiões. (Silva, 2017, p. 109)

Como requisitos para as novas políticas, o MI propõe: a definição de objetivos claros e bem delineados; a adoção de novas escalas territoriais menos abrangentes do que as regiões tradicionais; a nacionalização das Políticas Regionais (até então focada nas macrorregiões menos dinâmicas); a promoção da participação mais efetiva da sociedade civil na construção, desenvolvimento, controle e avaliação das novas políticas; a construção de novos instrumentos mais adequados e o aperfeiçoamento dos já existentes, a reavaliação das atribuições das Instituições existentes, o envolvimento de novos atores nas políticas; e o fortalecimento das estruturas de planejamento do desenvolvimento territorial (BRASIL/MI, 2000, p. 47, *apud* Silva, 2017, p. 109).

A constituição de novas institucionalidades voltadas para a gestão das mesorregiões nasce desse pressuposto básico, de valorização da participação social na gestão do desenvolvimento regional, de criação de espaços para a gestão compartilhada entre Estado, Sociedade Civil e Mercado, tendo como principal atribuição a definição das questões de interesse público regional, constituídos como espaço de concertação dos interesses dos diferentes atores, individuais e coletivos, públicos, sociais ou do setor privado. Ou seja, o documento propõe a constituição de um arranjo institucional deliberativo, organizado pelas “instituições catalisadoras” existentes nestes territórios, considerando que,

Uma forma de enfrentar esta questão é confiar a tarefa de organizar a participação e a articulação dos atores relevantes a instituições e organizações dotadas de credibilidade e que tenham base na própria região, dentro de um quadro bem definido de procedimentos, aceito por todas as partes evolvidas, e que busquem resguardar o processo contra quaisquer tentativas de manipulação (BRASIL/2000, p. 61, *apud* Silva, 2017, p. 112).

Tendo definido a espacialidade das Mesorregiões, o MI passou a realizar a identificação das principais instituições/organizações atuantes no desenvolvimento das mesorregiões, tais como, Universidades, Associações de Municípios, Organizações Setoriais de Empresários e de Trabalhadores, Instituições Governamentais das instâncias Estadual e Municipal, Fóruns e Conselhos de Desenvolvimento Regional, Organizações Sociais, Consórcio Intermunicipais, Agências de Desenvolvimento Regional, entre outras, convidadas a participar de reunião para a apresentação do programa e de sensibilização dos atores regionais para a organização de uma estrutura institucional para atuar na gestão da mesorregião.

A partir dessa mobilização os atores regionais interessados em atuar no processo de desenvolvimento das Mesorregiões se organizaram inicialmente no formato de um pré-fórum, constituído por todas as instituições/organizações públicas ou privadas da sociedade civil, interessadas em atuar nesse processo. Como explica Silva, (2017) as novas institucionalidades denominadas de Pré-fóruns de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião passaram a realizar reuniões e seminários de apresentação do PROMESO e das novas diretrizes e dos objetivos das políticas de integração e desenvolvimento regional nos referidos territórios. Caberia, também, a estes pré-fóruns dar início ao processo de discussão das principais demandas para o desenvolvimento dos novos territórios, bem como a pactuação dos diferentes interesses, na busca da construção dos primeiros consensos regionais.

Como se observa na Tabela 2, a institucionalização dos Fóruns Mesorregionais se deu em diferentes períodos, já a sua consolidação dependeu das condições sociopolíticas de cada região.

Tabela 2 - Fóruns das Mesorregiões Diferenciadas: constituição e criação

MESORREGIÃO	Nº DE MUNICÍPIOS	DATA DE CRIAÇÃO
1. Alto Solimões	9	Março/2003
2. Águas Emendadas	99	Março/2003
3. Vale do Rio Acre	13	Não identificado
4. Bico do Papagaio	66	Dezembro/2007
5. Seridó	54	Julho/2007
6. Chapada das Mangabeiras	54	Novembro/2007
7. Chapada do Araripe	103	Março 2003
8. Xingó	79	Maio/2006
9. Vale do Jequitinhonha e do Mucuri	105	Maio/2008
10. Itabapoana	31	Março/2008
11. Vale do Ribeira/Guaraqueçaba	39	Outubro/2009
12. Grande Fronteira do Mercosul	396	Novembro/2002
13. Metade Sul do Rio Grande do Sul	105	Dezembro/2002

Fonte: Fonte: BRASIL/MI, 2009. Elaborado por Silva, 2017, p. 113

Esses Fóruns foram constituídos a partir de uma proposta de institucionalidade apresentada pelo MI. As instituições públicas e privadas das mesorregiões se organizaram, a partir do envolvimento dos órgãos públicos das diferentes instâncias de governo existente nesses territórios, das Instituições de Ensino Superior e Pesquisas, das organizações empresariais e da representação das organizações da sociedade civil dos diversos seguimentos sociais, que passaram a integrar os Fóruns Mesorregionais,

atuando na divulgação e implementação do PROMESO e na elaboração de seus planos de desenvolvimento.

Portanto, respondendo à motivação do MI, os atores e gestores locais criaram novas institucionalidades participativas, que se constituíram como organizações da sociedade civil de direito privado e sem fins lucrativos, com o propósito de planejar o desenvolvimento e de acompanhar o PROMESO e a PNDR nos territórios. (Silva, 2017, p. 13)

Assim, considerando que a discussão e as ações em prol do desenvolvimento regional são incipientes no Brasil, a experiência do PROMESO propiciou a implementação de um novo modelo de gestão do território, em que agentes de diferentes escalas e de diferentes segmentos sociais procuraram construir programas de desenvolvimento de regiões historicamente relegadas à sua própria sorte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o Ministério da Integração Nacional, são consideradas Mesorregiões Diferenciadas os espaços subnacionais contínuos com identidade comum, que compreendem áreas de um ou mais Estados da Federação.

Caracterizam-se pelo sistema de gestão, protagonizado pelos atores sociais, coordenados pela figura institucional do Fórum de Desenvolvimento Mesoregional, cujo fortalecimento mostrou-se fundamental para o aumento da densidade da rede de atores na região. Para Bandeira (2004), os Fóruns desempenham papel central no PROMESO, pois, além de cumprirem a função de gestão dos programas desenvolvidos pelo MI, têm se constituído em importantes instâncias de articulação e deliberação dos atores, funcionando como um espaço de cooperação entre atores que apresentam interesses diversos, permitindo assim que, em conjunto, formulem soluções para problemas comuns.

Quanto aos resultados e repercussões resultantes da implementação das treze Mesorregiões Diferenciadas no território brasileiro cabe destaque especial à criação de sete Universidades Federais, no âmbito das referidas Mesorregiões:

Fundação Universidade Federal do Vale São Francisco – UNIVASF

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA

Universidade Federal do Cariri – UFCA

Embora a criação dessas Universidades esteja no contexto do processo de expansão das universidades públicas no Brasil, sua criação envolveu forte mobilização dos atores regionais e não por coincidência, foram instaladas nas regiões diferenciadas.

Com certeza a repercussão da presença dessas Universidades nas Mesorregiões se verificará no médio e longo prazo, mas é no curto prazo que elas estão fazendo a diferença para os jovens dessas regiões.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Pedro S. **As Mesorregiões no Contexto da Nova Política Federal de Desenvolvimento Regional: Considerações Sobre Aspectos Institucionais e Organizacionais**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 2004.

CARGNIN, Antônio Paulo. Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Repercussões no Rio Grande do Sul. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 19-35, jan./abr. 2014.

CARGNIN, A. P.; Rückert, A. **O planejamento territorial no Brasil**: efeitos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Estado do Rio Grande do Sul. **Confins**, n. 19, 2013.

ETGES, Virginia Elisabeta. Desenvolvimento Regional Sustentável: o território como paradigma. **REDES** – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UNISC. Santa Cruz do Sul. V.10, n.3, p. 47-56. set/dez 2005.

LÜBECK, E.; SCHNEIDER, F. M. **Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul**. Santa Maria: Pallotti, 2003.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO. **Secretaria de Programas Regionais – SPR**. Mesorregiões Diferenciadas e Arranjos Produtivos Locais (APLs) Instrumentos para a Definição de Estratégias de Ação em 2003. Brasília, 2003.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **A PNDR em dois tempos**: A experiência apreendida e o olhar pós 2010. Brasília, 2010.

POLÍTICA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Competitividade com Equidade e Sustentabilidade. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2002.

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PPA 2004-2007. Ministério da Integração Nacional. Brasília, 2004.

SILVA, Roselani Maria Sodré da. **A Participação nos Fóruns das Mesorregiões Metade Sul do RS e Grande Fronteira do Mercosul** – Um estudo sobre novas Instâncias de Governança Territorial Participativa (2007-2013). 2017, 215 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-

Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.